

ARRUDA ALVIM

MANUAL DE **DIREITO** PROCESSUAL CIVIL

- TEORIA GERAL DO PROCESSO
- PROCESSO DE CONHECIMENTO
- RECURSOS • PRECEDENTES

20ª edição revista, atualizada e ampliada

THEREZA ALVIM
REVISORA



THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Manual de Direito Processual Civil

- Teoria Geral do Processo
- Processo de Conhecimento
 - Recursos
 - Precedentes

20.^a edição revista, atualizada e ampliada

ARRUDA ALVIM

Diagramação eletrônica: Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda., CNPJ 60.442.175/0001-80

Impressão e encadernação: Paym Gráfica e Editora Ltda., CNPJ 02.514.013/0001-04

© desta edição [2021]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacr@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [08-2021]

Universitário Texto

Fechamento desta edição [31.05.2021]



ISBN 978-65-5614-921-9

SUMÁRIO

GRUPO DE APOIO.....	7
PREFÁCIO À 20ª EDIÇÃO – 4ª EDIÇÃO DEPOIS DA VIGÊNCIA DO CPC/2015	9
1 – CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUA RELAÇÃO COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	
1.1. Denominação e âmbito.....	33
1.2. Princípios informativos do processo civil – lógico, jurídico, político e econômico.....	37
1.3. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	41
1.3.1. O processo civil e o Direito Constitucional	41
1.3.2. O processo civil e o Direito Penal	45
1.3.3. O processo civil e o Direito Processual Penal.....	46
1.3.4. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	48
1.3.5. O processo civil e o Direito Civil	50
1.3.6. O processo civil e o Direito Comercial.....	51
1.3.7. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho.....	52
1.3.8. O processo civil e os Direitos Humanos.....	53
2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
2.1. Processo civil romano	56
2.1.1. Período das <i>legis actiones</i>	56
2.1.2. Período do processo formulário	57
2.1.3. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	57
2.2. Processo romano-barbárico.....	58
2.3. O processo comum na Itália	59
2.3.1. Período dos glosadores.....	59
2.3.2. Período dos pós-glosadores.....	60
2.3.3. Período da jurisprudência culta	60
2.4. O processo comum na Alemanha	60
2.5. O processo na Península Ibérica e suas implicações no Direito brasileiro.....	62
2.5.1. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	62
2.6. O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	63
2.6.1. O Regulamento 737.....	63
2.6.2. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	63
2.6.3. A reunificação do processo civil – os códigos de 1939 e 1973.....	64

2.7.	A reelaboração dogmática do direito processual civil no século XX.....	66
2.7.1.	Autonomia do direito da ação.....	67
2.7.2.	Moderna classificação das ações.....	67
2.7.3.	O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	68
2.7.4.	O processo como instrumento predominantemente técnico.....	69
2.8.	A fase contemporânea do processo civil brasileiro.....	70
2.8.1.	Intersecção entre função cognitiva, executiva e cautelar.....	70
2.8.2.	Insuficiência do processo individual à luz do direito material e da ascensão das massas.....	73
2.8.3.	Alterações no sistema processual em correspondência à ascensão de novos direitos tuteláveis.....	79
2.9.	O Novo Código de Processo Civil.....	83

3 – JURISDIÇÃO

3.1.	A Função Jurisdicional.....	101
3.1.1.	O Estado de Direito.....	101
3.1.2.	Natureza da função jurisdicional e suas características.....	105
3.1.3.	Os princípios fundamentais da jurisdição.....	107
3.1.4.	Jurisdição contenciosa e voluntária.....	111
3.1.5.	Função jurisdicional e métodos alternativos de solução de conflitos.....	112
3.1.6.	A reforma do Poder Judiciário.....	113
3.2.	Jurisdição e sua função de controle.....	117
3.2.1.	Inconstitucionalidade de lei declarada incidentalmente.....	117
3.2.2.	O controle concentrado da constitucionalidade.....	122
3.2.3.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.....	130
3.3.	Devido Processo Legal – Aspectos principais e paralelos.....	133
3.3.1.	A universalidade e a importância do devido processo legal – Inviabilidade de sua definição.....	133
3.3.2.	Âmbito e hipóteses estáveis abrangidas pelo devido processo legal.....	135
3.3.3.	Há uma dualidade de disciplinas, a do patamar constitucional, do devido processo legal, e as infraconstitucionais, em que se tipificam hipóteses onde ao lado da ilegalidade se configuram também lesões ao devido processo legal... ..	137
3.3.4.	A hipótese acima encartar-se-ia no entendimento de que é direito da parte ter oportunidade plena e “justa” para sua audiência em juízo?.....	138
3.3.5.	Previsão constitucional do devido processo legal, cláusula geral e textos da legislação infraconstitucional, concretizando hipóteses abrangidas também pelo devido processo legal.....	142
3.3.6.	Considerações finais.....	145

4 – DIREITO DE AÇÃO

4.1.	A teoria da ação.....	147
4.1.1.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	147
4.1.2.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo.....	148

4.1.3.	A ação e o direito subjetivo no prisma judicial.....	150
4.1.4.	Teoria civilista da ação.....	154
4.1.5.	A posição de Adolf Wach.....	155
4.1.6.	A posição de Chiovenda.....	156
4.1.7.	Crítica às concepções clássicas sobre a ação.....	158
4.2.	Conceito de ação e condições para o seu exercício.....	160
4.2.1.	Definição de ação.....	160
4.2.2.	As condições da ação em nosso Direito positivo.....	161
4.2.2.1.	O interesse processual.....	165
4.2.2.2.	A legitimidade para a causa.....	168
4.2.3.	O procedimento de verificação das condições da ação.....	169
4.2.4.	As condições da ação e o mérito.....	170
4.2.5.	A extinção por falta de condições da ação e a repropositura da demanda.....	172
4.3.	A ação declaratória.....	174
4.3.1.	Particularidades da ação declaratória.....	174
4.3.2.	A ação declaratória incidental – sua função no CPC/1973 e o tratamento do tema no CPC/2015.....	177
4.4.	A ação e o objeto do processo.....	181
4.4.1.	O papel do “fato” na teoria da ação.....	181
4.4.2.	Conceito de mérito.....	183
4.4.3.	Elementos da ação.....	185
4.4.3.1.	As partes e sua identificação.....	185
4.4.3.2.	O objeto (o pedido).....	186
4.4.3.3.	Fundamento legal e causa de pedir.....	188
4.4.4.	Cumulação de pretensões (de pedidos).....	190
4.4.5.	Concorrência de ações.....	193

5 – PROCESSO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

5.1.	A formação da relação jurídica processual.....	197
5.2.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual.....	199
5.3.	Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual.....	204
5.4.	Pressupostos processuais negativos.....	209

6 – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

6.1.	Norma jurídica.....	211
6.2.	Norma cogente e norma dispositiva.....	216
6.3.	Normas processuais civis e normas substanciais.....	217
6.4.	Classificação das normas processuais civis.....	218
6.4.1	Normas de processo e normas de procedimento.....	219
6.5.	As fontes da norma processual civil.....	226
6.5.1.	Os chamados precedentes no CPC.....	226
6.6.	Normas processuais na Constituição Federal.....	228

7 – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

7.1. A função da Parte Geral e a estrutura dogmática do CPC/2015 235

7.2. Leitura e interpretação do CPC à luz da Constituição (art. 1.º) 238

7.2.1. A remodelação do papel das Constituições e o papel da magistratura e dos parlamentos 239

7.2.2. Modificação, no plano prático, do papel das Constituições 241

7.2.3. Impactos do constitucionalismo sobre o conceito e os objetivos da jurisdição.... 243

7.2.4. O impacto da constitucionalização do direito sobre a jurisprudência..... 244

7.2.5. Interpretação conforme a Constituição 246

7.3. A inércia e a inafastabilidade da jurisdição (arts. 2.º e 3.º) 247

7.3.1. Jurisdição e arbitragem..... 249

7.3.2. A conciliação e a mediação 253

7.4. A duração razoável do processo (art. 4.º) 255

7.5. A boa-fé processual (art. 5.º) 256

7.6. A cooperação processual (art. 6.º) 261

7.7. A isonomia e a paridade de tratamento (art. 7.º)..... 264

7.8. A hermenêutica e a aplicação das leis processuais (art. 8.º) 268

7.8.1. A interpretação das leis em geral 268

7.8.2. Interpretação da lei processual civil..... 270

7.8.3. A hermenêutica conforme o art. 8.º do CPC/2015 272

7.8.3.1. Especificamente: a proporcionalidade e a aplicação do direito processual..... 275

7.8.4. As fontes subsidiárias da norma processual civil 283

7.8.4.1. Analogia..... 285

7.8.4.2. Costume 285

7.8.4.3. Os princípios gerais do Direito..... 286

7.8.4.4. A jurisprudência e o processo civil..... 290

7.9. O contraditório como influência e a necessidade de diálogo (arts. 9.º e 10) 291

7.10. Publicidade e motivação das decisões (art. 11) 295

7.11. Ordem cronológica de julgamento (art. 12) 297

8 – ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS FUNÇÕES

8.1. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias 299

8.2. Órgãos judiciários 300

8.2.1. Conselho Nacional de Justiça..... 303

8.3. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais 304

8.4. Regimento dos tribunais 305

8.5. Organização judiciária 306

8.6. Normas disciplinadoras da organização judiciária 308

8.7. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e as leis de processo.... 309

8.8. Auxiliares da Justiça 311

8.9. A cooperação internacional e nacional 315

9 – COMPETÊNCIA

9.1.	Jurisdição e competência: alguns aspectos introdutórios	317
9.2.	Definição de competência	320
9.2.1.	Competência absoluta e competência relativa	322
9.2.2.	A competência como pressuposto processual	324
9.2.3.	Competência exterior e interior	327
9.3.	Crítérios para definição da competência	328
9.3.1.	A dita “competência internacional” e “interna”	328
9.3.2.	A divisão tripartida da competência (os critérios objetivo, territorial e funcional)	331
9.3.3.	O critério objetivo em razão da matéria ou do valor da causa (a competência objetiva)	332
9.3.4.	O critério territorial (a competência territorial)	333
9.3.5.	O critério funcional ou da função do órgão jurisdicional (a competência funcional)	334
9.3.6.	Prevenção	335
9.4.	A competência territorial e a definição do foro competente	337
9.4.1.	Foro e juízo	338
9.4.2.	Foro geral	339
9.4.3.	Foros especiais	341
9.4.4.	Foro para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	342
9.4.5.	O foro para as ações pertinentes à sucessão	345
9.4.6.	O foro do ausente	347
9.4.7.	O foro do incapaz	348
9.4.8.	O foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	349
9.4.9.	O foro para as ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável	349
9.4.10.	O foro para as ações em que se pedem alimentos	350
9.4.11.	Demais foros especiais	350
9.5.	A competência da Justiça Federal	351
9.5.1.	As hipóteses de competência	353
9.5.2.	Casística	359
9.5.3.	A competência da Justiça Federal é absoluta	362
9.5.4.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	363
9.6.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	364
9.7.	A competência em leis extravagantes	365
9.8.	Incompetência	368
9.8.1.	Incompetência relativa	368
9.8.2.	Incompetência absoluta	369
9.8.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	372
9.9.	Modificação da competência (conexão e continência de causas)	375
9.9.1.	Conexão de causas	375
9.9.2.	Continência de causas	377

9.10.	Conflito de competência	378
9.10.1.	Aspectos introdutórios.....	378
9.10.2.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais.....	378
9.10.3.	O procedimento do conflito de competência.....	379
10 – OS SUJEITOS DO PROCESSO		
10.1.	Introdução	381
10.2.	O juiz	381
10.2.1.	Independência funcional e garantias do juiz	382
10.2.2.	A atuação do juiz na relação processual.....	385
10.3.	Parte, capacidade e legitimação processual	387
10.4.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil.....	392
10.5.	A capacidade de ser parte, a capacidade para estar em juízo, a legitimação processual e a legitimidade <i>ad causam</i>	393
10.5.1.	Os incapazes e sua representação em juízo	396
10.5.2.	O regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil.....	397
10.5.3.	A colisão de interesses do incapaz e do representante.....	398
10.5.4.	O curador especial.....	399
10.5.5.	Forma de ser sanada a incapacidade.....	405
10.5.6.	A capacidade processual do casal	406
10.6.	Advogado.....	409
10.6.1.	Capacidade postulatória.....	409
10.6.2.	A função do advogado	414
10.6.3.	A procuração e os poderes conferidos	417
10.6.4.	Deveres do advogado previstos no Código de Processo Civil.....	422
10.6.5.	Direitos do advogado previstos pelo Código de Processo Civil.....	425
10.6.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	427
10.6.7.	Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	437
10.7.	A Defensoria Pública e sua Função Institucional.....	440
10.7.1.	Atuação da Defensoria Pública em Juízo	444
10.7.2.	Atuação da Defensoria Pública como Parte	444
10.7.3.	A Representação Processual dos Necessitados.....	447
10.7.4.	Atuação da Defensoria Pública na Curadoria Especial	450
10.7.5.	O Defensor Público e sua Capacidade Postulatória	452
10.7.6.	Prerrogativas da Defensoria Pública previstas pelo Código de Processo Civil...	454
10.8.	Ministério Público.....	456
10.8.1.	A atual função do Ministério Público	456
10.8.2.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	457
10.8.3.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	463
10.8.4.	A atuação do Ministério Público.....	465
10.8.5.	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Código de Processo Civil	468
10.8.6.	A atuação do Ministério Público no processo	474

10.9.	Representação em Juízo das pessoas jurídicas	475
10.9.1.	Noções gerais	475
10.9.2.	A representação da União	476
10.9.3.	A representação dos Estados federados e do Distrito Federal	479
10.9.4.	A representação dos Municípios.....	481
10.9.5.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	481
10.9.6.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	482
10.9.7.	A representação das paróquias da Igreja Católica	486
10.10.	Representação dos entes despersonalizados	487
10.10.1.	Introdução	487
10.10.2.	A representação da massa falida	487
10.10.3.	A representação das heranças jacente e vacante.....	489
10.10.4.	A representação do espólio.....	490
10.10.5.	A representação dos condomínios edilícios.....	492

11 – LITISCONSÓRCIO – TEMAS CORRELATOS

11.1.	Conceito de litisconsórcio	497
11.2.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	498
11.3.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 113 e 114) e o chamado litisconsórcio multitudinário (art. 113, § 1.º).....	499
11.4.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	501
11.5.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	505
11.6.	Litisconsórcio facultativo (art. 113)	505
11.6.1.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 113, I)	506
11.6.2.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 55 e 113, II).....	508
11.6.3.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 113, III)	508
11.7.	Litisconsórcio necessário (arts. 114 e 115).....	511
11.8.	Litisconsórcio unitário (art. 116)	518
11.9.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	520
11.10.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	526
11.11.	A figura do litisconsórcio no sistema dos Juizados Especiais e no Código de Defesa do Consumidor.....	536

12 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

12.1.	Introdução e razões de ser da intervenção de terceiros.....	539
12.2.	Assistência	540
12.2.1.	Noções gerais sobre o instituto da assistência simples.....	540
12.2.2.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: aspectos em comum	543
12.2.3.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: distinção	544

12.2.4.	A atuação do assistente simples.....	546
12.2.5.	A atuação do assistente litisconsorcial.....	548
12.2.6.	Efeitos da sentença sobre o assistente simples e o assistente litisconsorcial...	549
12.2.7.	O incidente de admissibilidade do assistente.....	551
12.3.	Denúnciação da Lide.....	552
12.3.1.	Noções gerais sobre o instituto e requisitos para sua admissão.....	552
12.3.2.	A hipótese do art. 125, I.....	556
12.3.3.	A hipótese do art. 125, II.....	557
12.3.4.	O ingresso do denunciado.....	566
12.3.5.	A posição do litisdenuciado.....	567
12.3.6.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor.....	569
12.3.7.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu.....	570
12.3.8.	As consequências da denúncia.....	573
12.3.9.	A denúncia da lide na execução.....	574
12.4.	Chamamento ao processo.....	574
12.4.1.	Finalidades e noções gerais do instituto.....	574
12.4.2.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 130 do CPC/2015).....	576
12.4.3.	Procedimento do chamamento e seus efeitos.....	578
12.4.4.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento.....	580
12.4.5.	Chamamento ao processo e a ação declaratória.....	581
12.5.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	582
12.5.1.	Noções gerais sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica....	582
12.5.2.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida de forma incidental....	593
12.5.3.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida na petição inicial....	596
12.5.4.	Procedimento para desconsideração da personalidade jurídica inversa.....	596
12.5.5.	Efeitos da decisão que desconsidera a personalidade jurídica.....	597
12.6.	<i>Amicus Curiae</i>	597
12.6.1.	Noções gerais sobre o <i>amicus curiae</i>	597
12.6.2.	Quem pode ser <i>amicus curiae</i>	601
12.6.3.	Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	603
12.6.4.	Requisitos para a admissão do <i>amicus curiae</i>	603
12.6.5.	A (ir)recorribilidade da decisão que admite ou inadmite o ingresso do <i>amicus curiae</i>	605
12.6.6.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	607
12.6.7.	O <i>amicus curiae</i> e os julgamentos de casos repetitivos.....	608
12.6.8.	<i>Amicus curiae</i> e a coisa julgada.....	610

13 – ATOS PROCESSUAIS

13.1.	Atos jurídicos e atos processuais.....	611
13.2.	Classificação dos atos processuais.....	614
13.3.	Forma dos atos processuais.....	624
13.4.	As nulidades dos atos processuais.....	626

14 – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

14.1. Conceito.....	635
14.2. A busca da superação do embate entre o publicismo e privatismo: influência sobre a disciplina dos negócios processuais no CPC/2015	637
14.3. A cláusula geral sobre negócios processuais	641
14.4. Requisitos dos negócios jurídicos processuais	645
14.5. O controle judicial dos negócios jurídicos processuais.....	647
14.6. Os limites dos negócios processuais	649
14.7. O calendário processual	654

15 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

15.1. Considerações introdutórias	657
15.2. A citação.....	659
15.2.1. Citação por correio.....	663
15.2.2. Citação por oficial de justiça	670
15.2.3. Citação com hora certa.....	671
15.2.4. Citação por Edital.....	673
15.2.5. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	676
15.2.6. Citação nas ações de família	676
15.2.7. Local da citação	677
15.2.8. Impedimentos legais para a efetivação da citação	678
15.2.9. Conceito de citação e suas consequências	680
15.2.10. Efeitos da citação.....	683
15.2.11. A falta de citação	684
15.2.12. Nulidade da citação	685
15.3. As intimações.....	686
15.3.1. Peculiaridades formais da intimação	689
15.3.2. A comunicação por fac-símile e similares (Lei n.º 9.800/1999)	692
15.3.3. O processo eletrônico – da Lei n.º 9.800/1999 ao CPC/2015.....	695

16 – O TEMPO E OS PRAZOS NO PROCESSO

16.1. Prazos e preclusão	707
16.2. Os princípios informativos do processo e os prazos	708
16.3. Os princípios da utilidade e preclusão.....	709
16.4. Prazos e sua classificação.....	720
16.5. Contagem dos prazos	723
16.6. Os prazos mais importantes	726
16.7. Preclusão.....	727
16.8. A interrupção da prescrição, a obstaculização da decadência e a prescrição intercorrente	732
16.9. Suspensão da execução e a prescrição intercorrente.....	741

17 – AS TUTELAS PROVISÓRIAS

17.1. Notas evolutivas: o surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973 e a sua importância para a evolução das tutelas provisórias de urgência 747

17.1.1. O surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973 748

17.1.2. A distinção entre tutela cautelar e tutela antecipatória 755

17.1.3. A inserção da fungibilidade entre as tutelas de urgência no CPC/1973..... 760

17.1.4. A sistematização das tutelas provisórias no CPC/2015 763

17.2. Principais características das tutelas provisórias 765

17.3. Disciplina geral das tutelas provisórias..... 766

17.3.1. Competência para conhecimento das tutelas provisórias 767

17.3.2. Impossibilidade de concessão *ex officio* das tutelas provisórias 767

17.3.3. Possibilidade de revogação ou alteração das tutelas provisórias 768

17.3.4. Fungibilidade entre as tutelas provisórias 769

17.3.5. Efetivação das tutelas provisórias 770

17.3.6. Ausência de discricionariedade na verificação dos pressupostos às tutelas provisórias 774

17.4. Tutelas de urgência 777

17.4.1. Sistematização das tutelas de urgência 777

17.4.2. Pressupostos à concessão das tutelas de urgência..... 777

17.4.3. Tutela de urgência e reversibilidade da medida..... 782

17.4.4. Responsabilidade pelos danos causados com a efetivação da tutela de urgência ... 784

17.5. Tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente 785

17.6. A estabilização da tutela de urgência antecipada antecedente 791

17.6.1. Síntese evolutiva do instituto e principais questões no direito pátrio 791

17.6.2. Pressupostos para a estabilização da tutela antecipada de urgência antecedente... 796

17.6.3. Estabilização e coisa julgada..... 803

17.6.4. Outras questões polêmicas sobre a estabilização da tutela..... 808

17.7. Tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente..... 810

17.8. A tutela antecipada de evidência 816

17.8.1. Fundamentos da tutela de evidência e diferença entre tutela antecipada de urgência e tutela antecipada de evidência 816

17.8.2. Diferença entre tutela antecipada da evidência e julgamento antecipado de mérito 816

17.8.3. Hipóteses de concessão e pressupostos da tutela antecipada da evidência..... 817

18 – PETIÇÃO INICIAL

18.1. Conceito, finalidade e importância da petição inicial 823

18.2. Funções preparatórias e definitivas da petição inicial..... 823

18.3. Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial 824

18.4. O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas..... 824

18.5. Forma da petição inicial 825

18.6. Requisitos da petição inicial 826

18.7. Pedido	833
18.7.1. Alteração ou aditamento do pedido e da causa de pedir.....	838
18.8. Momento do ajuizamento da ação, distribuição e registro da petição inicial	839
18.9. Deferimento, emenda e indeferimento da petição inicial.....	842

19 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

19.1. Mecanismos de autocomposição e Poder Judiciário	851
19.2. Audiência de conciliação ou mediação	852
19.3. Procedimento.....	858
19.4. A audiência de conciliação ou mediação nas ações de família.....	859

20 – RESPOSTA DO RÉU

20.1. Resposta e outras possíveis reações do réu	861
20.2. Forma e início da contagem do prazo para contestação	862
20.3. Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	863
20.4. Contestação	864
20.4.1. Função processual da contestação e ônus da impugnação especificada dos fatos	864
20.4.2. Contestação e seu conteúdo processual.....	865
20.4.3. Ainda sobre o conteúdo processual da contestação: especificamente a alegação de incompetência	869
20.4.4. A contestação e seu conteúdo material: classificação da defesa de mérito em direta e indireta	871
20.4.5. Contestação, concentração da defesa e preclusão.....	871
20.5. O impedimento e a suspeição do julgador	873
20.6. Reconvenção	874
20.6.1. Possibilidade de ampliação subjetiva do processo na reconvenção.....	876
20.6.2. Procedimento da reconvenção	878
20.6.3. Autonomia da reconvenção.....	882
20.7. As questões prejudiciais suscitadas como espécie de resposta do réu e a subsistência da ação declaratória incidental para as ações ajuizadas sob a vigência do CPC/1973....	882

21 – REVELIA

21.1. Introdução	885
21.2. A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	886
21.3. Revelia e litisconsórcio	893
21.4. Revelia e assistência	896
21.5. Revelia e reconvenção	896
21.6. Revelia e julgamento antecipado do mérito	897
21.7. Revelia e procedimentos especiais.....	898
21.8. Revelia e citação ficta.....	901

22 – SUSPENSÃO DO PROCESSO

22.1. Ideias gerais.....	903
--------------------------	-----

22.2. A suspensão necessária do processo 904

22.3. A suspensão facultativa do processo..... 913

23 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

23.1. A fase de saneamento e organização do processo 915

23.2. As providências preliminares 915

23.3. O julgamento conforme o estado do processo 917

23.3.1. A extinção do processo sem resolução de mérito – sentenças terminativas ... 918

23.3.1.1. O inciso I do art. 485 918

23.3.1.2. O inciso II do art. 485..... 919

23.3.1.3. O inciso III do art. 485 919

23.3.1.4. O inciso IV do art. 485 921

23.3.1.5. O inciso V do art. 485..... 922

23.3.1.6. O inciso VI do art. 485 922

23.3.1.7. O inciso VII do art. 485 923

23.3.1.8. O inciso VIII do art. 485..... 925

23.3.1.9. O inciso IX do art. 485 926

23.3.1.10. O inciso X do art. 485..... 928

23.3.1.11. As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito 928

23.3.2. As decisões interlocutórias que extinguem parte do processo 929

23.3.3. As sentenças resolutivas de mérito (definitivas) decorrentes de composição das partes 929

23.3.4. As decisões interlocutórias que homologam composição das partes relativamente a parcela do mérito 930

23.3.5. As decisões definitivas que reconhecem a prescrição ou a decadência..... 930

23.3.6. As decisões interlocutórias que reconhecem a prescrição ou a decadência quanto à parcela do pedido 930

23.3.7. As sentenças definitivas decorrentes do julgamento antecipado do mérito ... 930

23.3.8. As decisões interlocutórias decorrentes do julgamento antecipado *parcial* de mérito 933

23.4. A decisão de saneamento e organização do processo 935

24 – TEORIA GERAL DA PROVA

24.1. Conceito jurídico da prova, momentos da prova e procedimento probatório 939

24.1.1. A natureza das normas sobre provas..... 939

24.1.2. Conceito de prova 941

24.1.3. A prova, a persuasão racional e o problema da verdade 941

24.1.4. Objeto de prova..... 943

24.1.5. Momentos da prova e procedimento probatório..... 946

24.1.6. Postulação das provas..... 946

24.1.7. Admissão das provas 948

24.1.8. Produção das provas..... 949

24.1.9. Valoração das provas 950

24.2.	As provas e os princípios regentes do direito processual civil	951
24.2.1.	A prova e o princípio da liberdade, atipicidade ou não-taxatividade dos meios de prova.....	951
24.2.2.	A vedação das provas ilícitas como exceção ao princípio da liberdade dos meios de prova	952
24.2.3.	A prova e o princípio da persuasão racional	955
24.2.3.1.	<i>Standards</i> probatórios ou modelos de constatação	956
24.2.4.	A prova e o princípio dispositivo	960
24.2.5.	A prova e o princípio da aquisição processual	962
24.3.	Indícios e presunções	963
24.3.1.	Diferença entre prova direta e indireta.....	963
24.3.2.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	965
24.3.3.	Presunção.....	965
24.3.4.	Espécies de presunção	965
24.3.5.	As presunções legais.....	967
24.3.6.	As presunções do homem.....	968
24.3.7.	Valoração das presunções <i>hominis</i>	969
24.3.8.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária.....	970
24.3.9.	A prova <i>prima facie</i>	971
24.3.10.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	972
24.4.	Ônus da prova	972
24.4.1.	Introdução	972
24.4.2.	Distinção entre ônus, obrigação e dever	973
24.4.3.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	973
24.4.4.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	974
24.4.5.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	976
24.4.6.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova.....	977
24.4.7.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	977
24.4.8.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova de acordo com a regra geral (estática) do art. 373, <i>caput</i> , do CPC/2015.....	978
24.4.9.	A flexibilização do ônus da prova e a teoria das cargas dinâmicas probatórias ...	979
24.5.	Produção antecipada de provas	982
24.5.1.	Aspectos conceituais	982
24.5.2.	Hipóteses e características procedimentais.....	985
24.6.	Prova emprestada	987
24.6.1.	Conceito e fundamentos da prova emprestada	987
24.6.2.	Natureza e eficácia da prova emprestada	990
24.6.3.	Pressupostos à prova emprestada	992
24.6.4.	Questões problemáticas: a diversidade de juiz natural nos processos originário e destinatário e suas implicações	995

25 – PROVAS EM ESPÉCIE

25.1.	Ata notarial	1001
25.2.	Depoimento pessoal.....	1004

25.2.1.	Noções gerais	1004
25.2.2.	Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos	1008
25.2.3.	Definição	1010
25.2.4.	Recusa em depor e aplicação da pena de confesso	1012
25.2.5.	Procedimento do depoimento pessoal.....	1014
25.2.6.	Restrições a certos fatos (art. 388 do CPC/2015)	1015
25.2.7.	Depoimento pessoal e confissão	1016
25.3.	Confissão	1016
25.3.1.	Noções gerais	1016
25.3.2.	Conceito de confissão	1017
25.3.3.	Elementos da confissão	1019
25.3.4.	Espécies de confissão	1020
25.3.5.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	1021
25.3.6.	Efeitos da confissão	1021
25.3.7.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo	1021
25.3.8.	Revogação ou anulação da confissão	1022
25.4.	Prova documental	1022
25.4.1.	Noções gerais	1022
25.4.2.	Definição de documento	1024
25.4.3.	Os autores intelectual e material do documento.....	1024
25.4.4.	O conteúdo e a eficácia do documento	1024
25.4.5.	A forma como sendo da substância do documento.....	1026
25.4.6.	O documento, em regra, é prova pré-constituída	1029
25.4.7.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	1030
25.4.8.	Os documentos e a autenticidade	1031
25.4.9.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	1032
25.4.10.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	1033
25.4.11.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	1033
25.4.12.	O documento e sua data	1033
25.4.13.	Validade e autenticidade. Distinção.....	1034
25.4.14.	O valor probante dos documentos e arguição de falsidade.....	1034
25.4.15.	Exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	1037
25.4.16.	Fundamento jurídico ao direito à exibição de documento ou coisa.....	1039
25.4.17.	As partes e sua legitimidade.....	1040
25.4.18.	Os limites do pedido de exibição de documento ou coisa.....	1041
25.4.19.	A recusa fundada de exibição	1041
25.4.20.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição.....	1042
25.4.21.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição.....	1042
25.4.22.	Os recursos.....	1043
25.4.23.	A produção da prova documental e o procedimento.....	1043
25.5.	Prova testemunhal	1045
25.5.1.	Noções gerais	1045

25.5.2.	Testemunha e parte. Distinção	1046
25.5.3.	Testemunha e perito. Distinção	1046
25.5.4.	O valor da prova testemunhal.....	1046
25.5.5.	A técnica de inquirição	1047
25.5.6.	O sujeito da prova testemunhal	1051
25.5.7.	Conceito de testemunha.....	1051
25.5.8.	A obrigação de testemunhar	1053
25.5.9.	Quem pode ser testemunha.....	1058
25.5.10.	Deveres e direitos da testemunha	1066
25.5.11.	O pedido e a admissibilidade da prova testemunhal	1067
25.5.12.	Procedimento da prova testemunhal	1069
25.5.13.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas.....	1072
25.5.14.	A substituição de testemunhas	1073
25.6.	Prova pericial	1073
25.6.1.	Conceito de perícia	1073
25.6.2.	Cabimento da prova pericial	1073
25.6.3.	Momento do pedido da prova pericial.....	1077
25.6.4.	O juiz e o resultado da perícia.....	1078
25.6.5.	Perícia. Requisitos e realização	1080
25.6.6.	A perícia e o perito.....	1085
25.6.7.	O perito e a sua responsabilidade	1087
25.7.	Inspeção judicial	1088
25.7.1.	Noções gerais	1088
25.7.2.	A participação de peritos na inspeção.....	1090
25.7.3.	A presença das partes na inspeção	1090
25.7.4.	A documentação da inspeção	1092

26 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

26.1.	Introdução	1093
26.2.	Atos que antecedem a audiência.....	1095
26.3.	A audiência de instrução e julgamento	1095
26.4.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	1098
26.5.	O adiamento da audiência	1099
26.6.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa	1101
26.7.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público	1102

27 – SENTENÇA

27.1.	Generalidades sobre sentença	1103
27.2.	Conceito de sentença	1104
27.3.	Natureza jurídica e efeitos da sentença.....	1108
27.4.	As oportunidades em que pode ser proferida a sentença	1110
27.5.	Sentenças processuais (terminativas) e de mérito (definitivas)	1112

27.5.1. Sentenças terminativas..... 1112

27.5.2. Sentenças definitivas 1115

27.6. Sentenças classificadas por sua eficácia 1116

27.6.1. Sentença declaratória 1117

27.6.2. Sentença constitutiva 1119

27.6.3. Sentença condenatória 1120

27.6.4. Sentenças mandamentais e executivas *lato sensu*..... 1122

27.6.5. Sentenças dispositivas 1128

27.6.6. Sentenças complexas..... 1129

27.7. Intelecção da sentença e seus elementos..... 1130

27.7.1. Relatório 1131

27.7.2. Fundamentação 1133

27.7.3. Estrutura e conteúdo básico da fundamentação 1135

27.7.3.1. A limitação à reprodução de ato normativo 1137

27.7.3.2. O emprego imotivado de conceitos jurídicos indeterminados 1137

27.7.3.3. A fundamentação genérica..... 1138

27.7.3.4. A falta de fundamentação-resposta 1139

27.7.3.5. A menção descontextualizada de precedente judicial 1141

27.7.3.6. A não observância injustificada do precedente judicial..... 1142

27.7.3.7. A analogia não fundamentada e a decisão diante de lacunas da lei... 1142

27.7.4. O dispositivo e a essencialidade do conteúdo decisório da sentença 1144

27.8. A correlação entre pedidos, causas de pedir e sentença 1145

27.8.1. A sentença *infra* ou *citra petita*..... 1146

27.8.2. A sentença *extra petita* 1147

27.8.3. A sentença *ultra petita* 1149

27.8.4. A sentença e o julgamento em face de pedido genérico..... 1150

27.9. A sentença e os fatos supervenientes à demanda 1150

27.10. Correção de inexatidões e erros materiais 1155

27.11. A sentença coletiva..... 1159

28 – A COISA JULGADA

28.1. Noção de coisa julgada e seu valor no ordenamento jurídico 1163

28.1.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material 1169

28.2. Limites da coisa julgada 1170

28.2.1. Limites objetivos da coisa julgada (material) 1170

28.2.2. Limites subjetivos da coisa julgada..... 1179

28.2.3. Limites temporais da coisa julgada 1180

28.3. Efeitos da coisa julgada 1181

28.3.1. Efeitos negativos da coisa julgada..... 1181

28.3.2. Efeitos reflexos da coisa julgada 1182

28.3.3. Efeito preclusivo da coisa julgada material..... 1182

28.4. Coisa julgada e relações jurídicas continuativas..... 1187

28.5.	A chamada “relativização da coisa julgada” e a previsão dos §§ 12 a 15 do art. 525 e dos §§ 5.º a 8.º do art. 535 do CPC/2015.....	1188
28.6.	O momento de formação da coisa julgada – relação deste tema com o prazo para a propositura de ação rescisória	1196
28.7.	A coisa julgada coletiva	1198
28.7.1.	O Efeito Preclusivo e a Coisa Julgada Coletiva	1220

29 – FASE DE LIQUIDAÇÃO

29.1.	Noções gerais	1223
29.2.	Limites cognitivos na liquidação	1226
29.3.	Resultado da liquidação igual a zero	1227
29.4.	Espécies de liquidação.....	1232
29.4.1.	Liquidação por arbitramento.....	1233
29.4.2.	Liquidação pelo procedimento comum.....	1236
29.5.	Natureza da decisão que põe fim à fase de liquidação	1239

30 – AÇÃO RESCISÓRIA

30.1.	A impugnação das decisões judiciais transitadas em julgado.....	1249
30.2.	A decisão objeto de ação rescisória.....	1250
30.2.1.	Ação rescisória contra capítulos de decisão	1251
30.2.2.	A possibilidade de ajuizamento de ação rescisória contra decisão que não seja de mérito	1252
30.2.3.	Ação rescisória e ação anulatória	1253
30.2.4.	Ação rescisória e a ação declaratória de inexistência jurídica (<i>querela nullitatis</i>) ...	1256
30.2.5.	Rescisória da rescisória.....	1258
30.3.	Hipóteses que permitem a rescisão da decisão judicial.....	1258
30.3.1.	<i>Proferida</i> por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1258
30.3.2.	<i>Proferida</i> por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	1259
30.3.3.	<i>Resultar</i> de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1260
30.3.4.	<i>Ofender</i> a coisa julgada	1261
30.3.5.	<i>Violar</i> manifestamente norma jurídica	1264
30.3.6.	<i>For</i> fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória	1269
30.3.7.	<i>Quando</i> obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1270
30.3.8.	<i>For</i> fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	1271
30.4.	Prazo para a propositura da ação rescisória	1272
30.5.	Legitimidade das partes na ação rescisória	1275
30.5.1.	As partes do processo e os seus respectivos sucessores	1275
30.5.2.	O terceiro juridicamente interessado.....	1277
30.5.3.	O Ministério Público	1277

30.5.4.	<i>Aquele</i> que não foi ouvido no processo no qual era obrigatória a sua intervenção.....	1277
30.5.5.	Legitimidade passiva	1278
30.6.	Competência para processamento e julgamento da ação rescisória	1278
30.7.	Procedimento da ação rescisória	1282
30.7.1.	Cumulação de pedidos, depósito prévio e improcedência liminar do pedido ...	1282
30.7.2.	Tutela provisória.....	1284
30.7.3.	Resposta do réu e instrução probatória.....	1284
30.7.4.	Julgamento.....	1285

31 – VISÃO GERAL SOBRE OS RECURSOS

31.1.	Noções preliminares a respeito dos recursos	1287
31.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1288
31.2.	Vantagens e qualidades do sistema do CPC/2015.....	1292
31.2.1.	Inovações em matéria de recursos e o CPC/2015 (alguns aspectos): celeridade e simplificação no contexto recursal	1293
31.2.2.	Diferenças fundamentais entre CPC/1973 e o CPC/2015, em relação à celeridade e simplificação.....	1297
31.2.3.	Considerações finais a respeito da sistemática recursal do CPC/2015	1306
31.3.	Princípios Recursais.....	1307
31.3.1.	Duplo grau de jurisdição	1308
31.3.2.	Taxatividade.....	1310
31.3.3.	Dispositivo	1311
31.3.4.	Unirrecorribilidade ou Singularidade.....	1313
31.3.5.	Fungibilidade.....	1314
31.3.6.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1317
31.3.7.	Dialeticidade	1320
31.4.	Efeitos decorrentes da interposição dos recursos	1321
31.4.1.	Efeito obstativo	1321
31.4.2.	Efeito devolutivo	1322
31.4.2.1.	Profundidade do efeito devolutivo e/ou efeito translativo	1324
31.4.3.	Suspensivo	1327
31.4.4.	Efeito regressivo ou de retratação	1330
31.4.5.	Efeito expansivo.....	1331
31.4.6.	Efeito substitutivo	1333

32 – ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS

32.1.	Juízo de admissibilidade dos recursos	1337
32.2.	Competência para análise dos requisitos de admissibilidade.....	1339
32.3.	Natureza da decisão sobre a inadmissibilidade.....	1340
32.4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	1343
32.4.1.	Cabimento	1345
32.4.2.	Legitimidade para recorrer	1346

32.4.3.	Interesse em recorrer	1352
32.4.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1355
32.4.5.	Tempestividade	1360
32.4.6.	Preparo.....	1365
32.4.7.	Regularidade formal.....	1368
32.5.	Recurso Adesivo.....	1370
32.5.1.	Generalidades	1370
32.5.2.	Denominação e natureza jurídica	1372
32.5.3.	Objeto do recurso adesivo	1374
32.5.4.	Requisitos de admissibilidade	1376
32.5.4.1.	Cabimento do recurso adesivo	1377
32.5.4.2.	Legitimidade recursal	1381
32.5.4.3.	Interesse recursal	1388
32.5.4.4.	Tempestividade, preparo e demais requisitos de admissibilidade recursais.....	1393
32.5.5.	Interposição, processamento e julgamento	1400
32.6.	Poderes do Relator	1402

33 – APELAÇÃO

33.1.	Cabimento do recurso de apelação	1413
33.2.	Classificação e principais características do recurso de apelação	1414
33.3.	O efeito devolutivo no recurso de apelação	1416
33.3.1.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as questões que podem ser conhecidas de ofício.....	1418
33.3.2.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as causas maduras	1420
33.3.3.	Uma síntese das consequências do efeito devolutivo no recurso de apelação ...	1429
33.4.	O efeito suspensivo do recurso de apelação	1429
33.5.	A apelação e as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento	1432
33.5.1.	A apelação e as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões	1433
33.5.2.	A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor	1437
33.5.3.	A apelação subordinada do vencedor e a apelação adesiva: síntese comparativa...	1440
33.5.4.	Da necessidade de manifestação do apelante quanto ao conteúdo das contrarrazões que veiculam pretensão recursal	1441
33.5.5.	A hipótese excepcional de apelação autônoma contra decisão interlocutória.....	1442
33.6.	A apelação dirigida à solução de questão prejudicial contida na fundamentação da sentença	1444
33.7.	O prazo e a regularidade formal do recurso de apelação	1444
33.8.	O procedimento do recurso de apelação.....	1445
33.8.1.	A admissibilidade da apelação só em segundo grau	1451
33.9.	Apelações com juízo de retratação.....	1451

34 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

34.1. Considerações introdutórias 1453

34.2. Cabimento do agravo de instrumento e possibilidade de interpretação extensiva das hipóteses legais: ausência de violação à taxatividade..... 1455

 34.2.1. Panorama doutrinário-jurisprudencial sobre a interpretação do art. 1.015 do CPC/2015..... 1458

 34.2.2. Nossa opinião sobre o assunto..... 1470

34.3. Principais hipóteses de cabimento do agravo de instrumento 1473

34.4. Prazo e pressupostos de regularidade formal do agravo de instrumento..... 1480

34.5. Os efeitos do agravo de instrumento 1482

 34.5.1. Os efeitos do agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória parcial de mérito 1484

34.6. Procedimento do recurso de agravo de instrumento 1485

35 – AGRAVO INTERNO

35.1. Cabimento e finalidade do agravo interno..... 1487

35.2. Prazo e regularidade formal..... 1489

35.3. Procedimento do agravo interno 1490

35.4. Multa aplicável ao agravo manifestamente inadmissível ou improcedente..... 1491

35.5. Conversão dos embargos de declaração em agravo interno 1491

35.6. Os efeitos do agravo interno..... 1492

36 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

36.1. Natureza recursal dos embargos de declaração..... 1493

36.2. Cabimento dos embargos de declaração 1494

 36.2.1. Embargos de declaração com fundamento em obscuridade da decisão Embargada..... 1496

 36.2.2. Embargos de declaração com fundamento em contradição da decisão Embargada..... 1496

 36.2.3. Embargos de declaração com fundamento em omissão da decisão Embargada 1497

 36.2.4. Embargos de declaração com fundamento em erro material..... 1499

36.3. O prazo dos embargos de declaração 1501

36.4. Efeitos dos embargos de declaração..... 1501

 36.4.1. Efeito interruptivo 1502

 36.4.2. Efeito modificativo ou infringente dos embargos de declaração 1503

36.5. Procedimento dos embargos de declaração 1505

36.6. Embargos de declaração e a hipótese de se entender que o caso seria de agravo interno, salvo se se verificar na decisão dos primeiros embargos fundamento para os segundos..... 1506

36.7. Interposição concomitante de embargos de declaração por uma parte e recurso contra a decisão originária pelo litisconsorte ou pela parte adversa..... 1507

36.8. Embargos de declaração com fins de prequestionamento..... 1508

36.9. Embargos de declaração protelatórios e sua reiteração 1510

37 – RECURSO ORDINÁRIO

37.1.	Aspectos conceituais e cabimento do recurso ordinário	1513
37.2.	Fungibilidade e recurso ordinário	1515
37.3.	Efeitos do recurso ordinário	1516
37.4.	Processamento do recurso ordinário	1518
37.5.	Agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça	1519

38 – RECURSOS DE ESTRITO DIREITO

38.1.	Recursos de <i>estricto direito</i> ou recursos extraordinários <i>lato sensu</i> – Um breve panorama ...	1521
38.2.	Breve histórico dos recursos especial e extraordinário – O surgimento do Recurso Extraordinário, sua evolução e feições até o surgimento do Recurso Especial	1529
38.2.1.	Da Constituição do Império até a Constituição de 1969 (Emenda nº 1 de 1969) – Uma análise do direito positivo brasileiro	1530
38.2.2.	Da Constituição Federal de 1988: a redução das hipóteses de cabimento do recurso extraordinário e a criação do recurso especial.....	1543
38.3.	O papel dos tribunais superiores no julgamento dos recursos especial e extraordinário ...	1547
38.4.	Núcleo constitucional comum dos recursos especial e extraordinário	1553
38.4.1.	Decisão proferida em “única ou última instância” – o chamado esgotamento das vias ordinárias	1554
38.4.2.	O prequestionamento: cabimento em face das “causas decididas”	1560
38.5.	Recurso especial.....	1574
38.5.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio de recurso especial – análise do inciso III do art. 105 da CF/1988	1575
38.5.2.	Hipóteses de cabimento – Fundamentação do Recurso Especial	1578
38.5.2.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (alínea <i>a</i>) – A insubsistência da Súmula 400 do STF	1582
38.5.2.1.1.	O fundamento da alínea <i>a</i> e as hipóteses específicas de cabimento das alíneas <i>b</i> e <i>c</i> , do inciso III, do art. 105 da CF/1988.....	1590
38.5.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>)	1591
38.5.2.2.1.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise comparativa com o art. 102, III, <i>d</i> , da CF/1988	1591
38.5.2.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise do atual conteúdo da alínea <i>b</i>	1595
38.5.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea <i>c</i>)	1597
38.5.3.	A relevância da questão federal infraconstitucional – A PEC 209/2012 da Câmara dos Deputados e a PEC 10/2017 do Senado Federal	1600
38.6.	Recurso Extraordinário	1605
38.6.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio do recurso extraordinário – análise do inciso III do art. 102 da CF/1988	1605
38.6.2.	Hipóteses Cabimento – Fundamento do Recurso Extraordinário	1607

38.6.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo da Constituição (alínea a)	1610
38.6.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (alínea b)	1616
38.6.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (alínea c)	1618
38.6.2.4.	Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal (alínea d)	1620
38.6.3.	Repercussão geral no recurso extraordinário	1621
38.7.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário – especificidades	1632
38.8.	Admissibilidade, processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário	1641
38.9.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1651

39 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

39.1.	Embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário – A uniformização no âmbito dos Tribunais Superiores	1659
39.2.	Cabimento dos embargos de divergência	1662
39.3.	Efeitos dos embargos de divergência	1668
39.4.	Processamento dos embargos de divergência	1669

40 – PRECEDENTES JUDICIAIS E DIREITO JURISPRUDENCIAL

40.1.	A força da jurisprudência no CPC/2015	1673
40.2.	Parâmetros para formar, aplicar e não aplicar decisões de observância obrigatória	1680
40.2.1.	Distinção, superação e adoção de decisões de observância obrigatória	1683
40.2.2.	Organização e a indexação das decisões de observância obrigatória	1687
40.3.	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1689
40.3.1.	Natureza e cabimento do incidente	1689
40.3.2.	Instauração e procedimento do incidente	1692
40.3.3.	Audiências e participação democrática no incidente	1696
40.3.4.	Julgamento do incidente e aplicação da tese	1697
40.4.	O incidente de assunção de competência	1699
40.4.1.	Natureza e função do incidente	1699
40.4.2.	Procedimento	1700
40.5.	Recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos	1702
40.5.1.	Processamento dos recursos repetitivos	1702
40.6.	Recurso extraordinário no regime da repercussão	1708
40.7.	A súmula vinculante	1712

BIBLIOGRAFIA	1717
ÍNDICE LEGISLATIVO	1805
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1847
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1875